



Relatório de **ATIVIDADES** 2014





Relatório de ATIVIDADES 2 0 1 4

Edifício Zion Business
Rua Dom Romualdo de Seixas, 1698 - 11º Andar
CEP: 66.055-100 - Umarizal - Belém - Pará.
(+55) 91 3182-4000
E-mail: imazon@imazon.org.br
Página: www.imazon.org.br

Sumário

Carta da Diretoria Executiva	4	Mais Influentes	24
Programas	9	COP20	24
Política e Economia Florestal.	9	Pecuária Verde	25
Monitoramento da Amazônia	9	Novo <i>Site</i>	25
Municípios Sustentáveis.	10	Literatura & Sustentabilidade 3	26
Direito e Sustentabilidade	10	Principais financiadores.	27
Mudanças Climáticas.	10	Extrato do Balanço Financeiro 2014	28
Avanços e Conquistas	11	Parecer dos auditores independentes	33
Índice de Progresso Social na Amazônia	11	ANEXOS	34
Sonegação e Desmatamento.	12	Conselhos, Câmaras e Grupos de Trabalho Técnicos	34
Pecuária Sustentável.	14	<i>Download</i> e Acesso a Publicações.	35
A Importância do Monitoramento Independente.	16	Lista de Publicações.	36
Validação Potencializa Monitoramento	17	Organograma e Equipe	39
Lista de Embargos do Combate ao Desmatamento	18	Assembleia Geral.	40
Defesa para as Unidades de Conservação	19	Conselho Diretor.	40
Capacitação para a Sustentabilidade.	20	Conselho Fiscal	40
Amazônia como Prioridade na Agenda Nacional	22	Conselho Consultivo	41
Disseminação e Reconhecimentos	23	Diretoria Executiva	41
<i>Google Geo For Good</i>	23	Equipe.	41
Emissões	23	Siglas	43

Carta da Diretoria Executiva

Em 2014, o Imazon liderou a elaboração do mais amplo diagnóstico social já realizado sobre a Amazônia ao aplicar o Índice de Progresso Social (IPS) para os 772 municípios da região. Essa iniciativa, a primeira realizada na escala subnacional no mundo, está sendo replicada em outros países da Europa, América Central e Estados Unidos a partir do modelo desenvolvido pelo Imazon.

O Instituto também realizou importantes avanços na área de legislação ambiental e agropecuária. Foi surpreendente constatar, em um estudo sobre o Imposto Territorial Rural (ITR), como o combate à sonegação e a adequada revisão do índice de produtividade da terra poderiam deter o desmatamento especulativo e aumentar a eficiência da produção agrícola. Em outro estudo, os pesquisadores observaram que a combinação de intensificação da pecuária e regularização ambiental reduz a pressão do desmatamento e aumenta a lucratividade desse setor.

Neste ano, o Imazon atuou em várias frentes para consolidar as Unidades de Conservação (UCs) e combater o desmatamento especulativo. Temos colaborado com o monitoramento do desmatamento e outras iniciativas para aumentar a efetividade dessas áreas. Além disso, o Instituto participou da concepção e implantação da Lista do Desmatamento Ilegal (LDI) lançada pelo Governo do Pará - uma medida inovadora no combate à grilagem de terras. E nossas capacitações em geotecnologia aplicada à gestão ambiental continuaram a apoiar o fortalecimento de órgãos ambientais municipais para a gestão local.

Outra iniciativa foi aproveitar o calendário das eleições presidenciais de 2014 para inserir a Amazônia como prioridade na agenda nacional. Assim, em parceria com o Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e Amigos da Terra, o Imazon elaborou o documento *Amazônia e as Eleições 2014: Oportunidades e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável*, o qual foi entregue aos principais candidatos à Presidência da República (Dilma Roussef, Marina Silva e Aécio Neves).

Em 2014, o Instituto modernizou o seu website para tornar mais explícitos os grandes temas em que atua e conteúdos relacionados. Também passou a disponibilizar suas publicações em versões *online*, dispensando o *download* para o acesso ao conteúdo. E continuou atuando fortemente na divulgação dos seus trabalhos para o grande público, como é o caso dos relatórios mensais de alerta de desmatamento.

Andréia Pinto, *Diretora Executiva*
Verônica Oki, *Diretora Administrativa*

Quem somos

O Imazon é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que atua como instituto de pesquisa, fundado em 1990, com sede em Belém, Pará. Em 24 anos de existência, o Imazon publicou mais de 630 trabalhos técnicos, dos quais quase um terço foi veiculado como artigos em revistas científicas internacionais. Além disso, até dezembro de 2014, o Instituto publicou 70 livros e 25 livretos.

Missão

Promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla de informações e formação profissional.

Visão

A Amazônia como uma área onde a biodiversidade, a cobertura florestal e os serviços ambientais associados estarão conservados e o desenvolvimento sustentável será implantado de modo a garantir condições de vida dignas para todos os habitantes da região.

Valores

SUSTENTABILIDADE. As soluções para os problemas de uso dos recursos naturais devem estar baseadas nos princípios de sustentabilidade, que é a capacidade de um ecossistema de manter processos e funções ecológicas, diversidade biológica e produtividade ao longo do tempo. Isso significa respeitar todas as formas de vida e os ciclos da natureza, valorizar a diversidade cultural, fortalecer economias locais sustentáveis, considerar os custos ambientais e sociais envolvidos nos processos produtivos e promover esforços para a repartição de benefícios (compartilhar poder na tomada de decisão e dividir os bens e serviços criados de forma sustentável).

ÉTICA. Adotar uma relação respeitosa com as outras instituições e atores sociais; respeitar os direitos autorais; respeitar os códigos de ética profissional; não discriminar raça, credo, posição social ou posição ideológica nas relações internas e externas.

USO DO MÉTODO CIENTÍFICO. O Imazon conduz análises objetivas e isentas, baseadas em métodos científicos comprovados na literatura especializada.

EXCELÊNCIA NA QUALIDADE. Os produtos do Imazon passam por um processo rigoroso de controle de qualidade interna e de revisão por pares externos. Isso reforça a credibilidade e o respeito ao Instituto.



Principais contribuições

1. Estudos do Imazon na área de manejo florestal e ecologia serviram de base para o estabelecimento de um sistema de manejo florestal destinado a empresas e comunidades tradicionais. No final de 2013, a área manejada na Amazônia já superava 6 milhões de hectares, dos quais mais da metade detinha o selo verde do Conselho de Manejo Florestal (FSC).
2. Estudo publicado em 2000 sobre a dinâmica do *Boom-Colapso*, em parceria com o Banco Mundial, serviu de referência para a elaboração de políticas públicas de combate ao desmatamento e criação de UCs na Amazônia.
3. Pesquisas do Imazon sobre ecologia do mogno, a mais valiosa espécie de madeira tropical, foi essencial para sua inclusão na lista de espécies ameaçadas da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora (Cites) em 2003.



4. Estudos técnicos e iniciativas de políticas públicas liderados pelo Imazon tiveram impacto direto na criação de 25 milhões de hectares de UCs na Amazônia, dos quais 12,8 milhões de hectares na região da Calha Norte do Pará.
5. Estudos sobre política e economia florestal contribuíram de forma decisiva para a elaboração da nova Lei de Gestão de Florestas Públicas do Brasil em 2006, cujo principal objetivo é promover o uso sustentável dessas florestas.
6. Em 2006, o Imazon desenvolveu o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) como instrumento para monitorar mensalmente e divulgar amplamente a situação do desmatamento na Amazônia.
7. A partir de 2007, o Imazon firmou parceria inédita com o MPF e MPE (Ministério Público Estadual) para monitorar a ocorrência de desmatamento ilegal sobre as Áreas Protegidas (UCs e Terras Indígenas) nos Estados do Pará, Mato Grosso, Amapá e Roraima. Como resultado, o Imazon recebeu o Prêmio Chico Mendes em 2010.
8. Estudos realizados pelo Imazon sobre crédito público contribuíram para a resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) em 2008, que exige a regularidade ambiental e fundiária para concessões de novos créditos na região amazônica para imóveis acima de 400 hectares.
9. Estudos do Instituto sobre a área fundiária da Amazônia passaram a ser referência e contribuíram para que a regularização de terras fosse eleita prioridade do governo federal a partir de 2008.
10. Pesquisas do Imazon sobre manejo florestal comunitário serviram de base para a definição da política nacional de manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia.
11. Estudos do Imazon sobre a lei de crimes ambientais contribuíram para o aperfeiçoamento das estratégias de combate ao desmatamento. Entre elas, mudanças para acelerar a doação de bens apreendidos e a disseminação da lista de imóveis embargados.
12. Em 2008, o Imazon desenvolveu o Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex), um sistema pioneiro para detectar e avaliar a efetividade e a qualidade de planos de manejo florestal para extração madeireira usando imagens de satélite na Amazônia.
13. O Imazon foi uma das instituições parceiras do Projeto Municípios Verdes (PMV) em Paragominas. Essa iniciativa resultou em uma drástica redução do desmatamento e aumento expressivo do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Além disso, o Instituto colaborou para que outros municípios paraenses deixassem a lista crítica de desmatamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA).
14. O Imazon foi uma das instituições-chave na iniciativa "Carta Aberta das Empresas Brasileiras" a favor de um acordo climático na Conferência do Clima em Copenhague em 2009 (COP-15). Essa iniciativa foi reconhecida pelo Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das mais importantes na fase preparatória da COP-15.
15. Os líderes da iniciativa transparência florestal do Imazon (Carlos Souza Jr. e Beto Veríssimo) receberam o prêmio global de empreendedorismo social da Fundação Skoll (EUA) em 2010.
16. Em 2010, o Imazon firmou parceria com a *Google* para desenvolver o seu sistema de monitoramento de desmatamento na plataforma *Earth Engine*. O SAD-*Earth Engine* (SAD-EE) será usado para monitorar o desmatamento em outros países tropicais.

17. Em 2011, o Imazon apoiou a concepção e implantação do PMV do Estado do Pará, o qual reúne 105 municípios de um total de 144 existentes no Pará (1 milhão de quilômetros quadrados) e beneficia uma população de mais de 5 milhões de pessoas.
18. O Imazon contribuiu tecnicamente para a proposta do "Desmatamento Zero Líquido" até 2020 anunciada pelo Governo do Pará na Conferência Rio+20 em 2012.
19. O Imazon foi uma das instituições a liderar a elaboração do primeiro mapa de desmatamento para todos os países amazônicos (Panamazônia) para os anos 2000, 2005 e 2010. Isso ocorreu no âmbito da parceria com a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georeferenciada (Raisg).
20. O Imazon foi pioneiro no monitoramento do desmatamento em assentamentos de reforma agrária na Amazônia. Esse trabalho contribuiu para a criação do Programa Assentamentos Verdes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 2012.
21. O Imazon auxiliou o MPF na elaboração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da pecuária no Pará. Esse TAC foi fundamental para o aumento expressivo no CAR que passou de apenas 400, em 2009, para mais de 130 mil em 2014.
22. O Imazon participou da elaboração do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Brasil (Seeg^[1]), a primeira iniciativa desse tipo no hemisfério. O Instituto foi responsável pela atualização das estimativas de emissões do setor de mudança de uso da terra para todos os biomas do Brasil.
23. O Instituto foi parceiro da *World Resources Institute* (WRI) na construção da *Global Forest Watch* (GFW), uma plataforma *online* de monitoramento e alerta que possibilita, pela primeira vez, o acesso a imagens de satélite, mapas de desmatamentos e *crowdsourcing* para garantir o acesso a informações em tempo real sobre as florestas do mundo.
24. Em 2014, o Imazon publicou um relatório sobre o progresso social na Amazônia brasileira, o primeiro relatório com base no IPS em escala subnacional no mundo.

^[1] seeg.observatoriodoclima.eco.br

Programas

Política e Economia Florestal

O objetivo deste programa é avaliar e subsidiar políticas públicas para promover o uso e a conservação dos recursos florestais na região amazônica. Além disso, o programa também apoia a criação e consolidação das UCs na Amazônia Legal com ênfase no Estado do Pará.

Monitoramento da Amazônia

O objetivo geral do programa é detectar, quantificar e monitorar, por meio de imagens de satélite, o desmatamento, a degradação florestal, a exploração madeireira, as estradas não oficiais e outras formas de pressão humana na Amazônia Legal. Os resultados do monitoramento são combinados com diversos mapas digitais, por meio de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), para a qualificação dos problemas ambientais e planejamento regional. O programa também desenvolve propostas para políticas públicas e capacitação em geotecnologias. Por fim, dissemina estrategicamente os seus resultados, contribuindo para a redução do desmatamento e degradação florestal.

Municípios Sustentáveis

Atua no fortalecimento da gestão ambiental e no apoio à economia de baixo carbono nos municípios da Amazônia. Para isso, o programa apoia os municípios para o controle do desmatamento, realização do CAR e licenciamento ambiental. Além disso, capacitamos pessoas dos municípios para a gestão ambiental municipal na Amazônia. Dessa forma, as ações deste programa incluem criação de bases para gestão ambiental municipal, apoio aos pactos locais pela regularização ambiental, apoio ao CAR, elaboração de base cartográfica e apoio à implantação do monitoramento colaborativo do desmatamento com os governos locais.

Direito e Sustentabilidade

Para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável na Amazônia é necessário tornar as leis ambientais e fundiárias coerentes e fazer com que elas sejam aplicadas de forma efetiva. Este programa visa facilitar o desenvolvimento sustentável na região com um enfoque no aumento

da eficácia do combate ao crime ambiental e na ampliação da regularização fundiária.

Mudanças Climáticas

Este programa visa reduzir emissões das principais fontes de Gases de Efeito Estufa (GEE) na Amazônia, bem como apoiar ações para preparar e adaptar populações e ecossistemas locais aos impactos das mudanças climáticas. Para isso, seu foco está em elaborar estudos e apoiar políticas públicas estaduais e federais voltadas para a redução de emissões provenientes do desmatamento. Os objetivos do programa são: i) aumentar a eficácia de mecanismos de comando e controle e desenvolver instrumentos factíveis para estímulo à manutenção da floresta em pé; ii) estimular o aumento da produtividade agropecuária sem expansão de área e a adoção de práticas para reduzir as emissões de GEE diretas da criação bovina; e iii) estimular o aumento da área reflorestada e restaurada na Amazônia para ampliar o sequestro de carbono e esforços de adaptação.

Avanços e Conquistas

Índice de Progresso Social na Amazônia

Numa iniciativa inédita no mundo, o Imazon adapta o IPS para a Amazônia e revela que a região tem indicadores sociais inferiores aos do Brasil.

A Amazônia brasileira, conhecida internacionalmente por seus recursos naturais e sua importância ambiental para o Brasil e o mundo, é uma região onde 24 milhões de pessoas convivem com desafios sociais e falta de oportunidades para a maioria da população. Esse foi o cenário abordado pelo estudo inédito "Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira – IPS Amazônia 2014" liderado pelo Imazon em parceria com *Social Progress Imperative* (SPI), Rede #Progresso Social Brasil e *Fundación Avina*.

O relatório IPS Amazônia 2014 mostra que a região tem um IPS geral de 57,31, inferior à média nacional (67,73), considerando uma variação que vai de 0 (pior nível de progresso social) a 100 (melhor). Na avaliação de cada um dos 772 municípios da região, a quase totalidade (98,5%) apresentou um IPS menor do que o da média do Brasil, que estava na 46ª posição em um *ranking* mundial de 132 países em 2014.

Para calcular o IPS Amazônia foram utilizados 43 indicadores recentes e de fontes públicas e confiáveis, preservando as condições de comparabilidade com o restante do Brasil. Esse projeto representou a primeira iniciativa efetiva de aplicação do IPS global em um contexto local. Contudo, medir a situação social da Amazônia é ainda um grande desafio, segundo o pesquisador sênior do Imazon Beto Veríssimo, um dos responsáveis pelo levantamento. "A frequência de atualização dos dados é baixa, há limitações na abrangência geográfica de alguns indicadores e, até recentemente, o desempenho social era avaliado somente por índices que sofrem forte influência da economia", pondera.

Os resultados do levantamento foram disponibilizados por meio do site www.ipsamazonia.org.br, publicações impressas e também *Scorecards* para cada um dos municípios da Amazônia com a nota alcançada em cada indicador avaliado. "Dessa forma, viabiliza-se o uso estratégico dessas informações por tomadores de decisão dos setores público e privado, no sentido da busca de soluções para a superação dos indicadores socioambientais na Amazônia brasileira. Com essa expectativa, a Rede de Progresso Social no Brasil dá destaque a esta agenda em sua interlocução com os governos, empresas e organizações sociais", afirma Glaucia Barros, diretora programática da *Fundación Avina*.





Sonegação e Desmatamento

Falhas na arrecadação do ITR facilitam especulação e desmatamento na Amazônia, mas informações já disponíveis poderiam ser usadas para fazer uma malha fina contra a sonegação.

Mais de R\$ 270 milhões em sonegação por ano. Essa é a estimativa levantada pelo Imazon em uma avaliação do potencial de arrecadação do ITR no Estado do Pará. O imposto foi criado para coibir a ocupação de terras públicas e a especulação fundiária, práticas que historicamente contribuem para o aumento das taxas de desmatamento na Amazônia e estimulam a baixa produtividade em terras ocupadas ilegalmente.

O ITR deve ser pago anualmente pelos proprietários ou posseiros de terras rurais com base no valor de mercado da terra, no grau de utilização do imóvel e no tamanho da propriedade, além de fatores de isenção. Em tese, o imposto devido seria maior para grandes propriedades com baixa produtividade - uma forma de incentivar o melhor aproveitamento do solo. Mas não é o que acontece. Ao analisar os mapas dos imóveis inseridos no CAR e a cobertura vegetal dos imóveis disponibilizada pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), foi possível estimar o real valor devido à Receita Federal, em comparação com o valor total arrecadado no Pará em 2011 de acordo com o Tesouro Nacional.

Ficou claro que os proprietários e posseiros de terras usam pelo menos duas saídas para sonegar o imposto: declaram um valor de terra abaixo do valor de mercado e declaram a posse de uma área de vegetação nativa maior do que a existente para aumentar a área que é isenta do imposto.

Para Daniel Silva, pesquisador do Imazon e um dos autores do estudo, os órgãos fiscalizadores podem melhorar a arrecadação submetendo as declarações do ITR a uma análise do tipo malha fina. "A Receita Federal precisa perceber o ITR como um imposto que inibe a especulação fundiária, além de aumentar a arrecadação. O cruzamento dos mapas das propriedades disponíveis no CAR com os mapas da vegetação do imóvel coletados em imagens de satélite tornariam a fiscalização mais eficaz", comenta. Além

disso, é necessária a criação de um banco de dados com os preços de mercado da terra em cada região para que as prefeituras conveniadas fiscalizem o valor declarado pelos proprietários e posseiros de terra. A fiscalização por parte das prefeituras é vantajosa, pois a arrecadação municipal poderia atingir milhões de reais e estimularia o aumento da produção agropecuária nas áreas atualmente usadas apenas para especulação.

Outra medida para incrementar a eficiência do ITR seria atualizar os índices mínimos de rendimento para considerar o uso do solo produtivo na Amazônia. Atualmente, os índices estão baseados no Censo Agropecuário de 1975 e são extremamente baixos; consideram-se como produtivas terras que têm 0,15 a 0,5 cabeça de gado por hectare, enquanto o ideal seria possuir mais de 2 cabeças por hectare.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Banco Mundial e a Comissão Europeia, a taxação de terras improdutivas melhoraria as condições socioeconômicas. O fim do desmatamento especulativo liberaria recursos para atividades produtivas e aumentaria o emprego no meio rural, o que ajudaria a reduzir a pobreza. "Ao considerar que a presidente reeleita assumiu compromisso de reduzir o desmatamento e a pobreza, ela deveria atualizar o índice mínimo de produtividade usado para apurar o ITR", declarou Paulo Barreto, pesquisador sênior do Imazon e coautor do trabalho.

Pecuária Sustentável

Projeto com atuação direta no campo ajuda a combater o desmatamento ilegal, aumentando a produtividade da pecuária e o bem-estar dos trabalhadores nas fazendas.

Se por um lado a pecuária bovina brasileira foi escolhida pelo governo para ser um dos pilares das exportações do país e subsidiou a consolidação e modernização de empresas processadoras e exportadoras de carne, o crescimento do setor foi acompanhado de uma série de questões socioambientais. Além de números elevados de desmatamento, que carregam consigo a maior

taxa de emissões de GEE entre os setores produtivos, fazendas foram autuadas e fazem parte da lista de trabalho escravo do Ministério do Trabalho.

A resposta veio do poder público, ONGs e empresas, com o aumento da fiscalização contra o desmatamento ilegal, restrição do crédito rural para fazendas não regularizadas e acordos de frigoríficos para comprar apenas de fazendas que iniciassem a adequação ambiental. Líderes do setor entenderam a mensagem: era preciso melhorar o desempenho econômico e ambiental da pecuária, e o contexto favoreceu a oportunidade de obter apoio para esse tipo de iniciativa.

Assim surgiu o Projeto Pecuária Verde, liderado pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas (SPRP), no leste do Pará. Iniciado em



2011, o projeto teve como meta aumentar a rentabilidade de seis fazendas-piloto por meio do aumento da produtividade; melhorar o bem-estar dos animais e a segurança e bem-estar dos funcionários; melhorar o desempenho ambiental, planejando o uso do solo e restaurando áreas desmatadas ilegalmente; e capacitar e valorizar os trabalhadores.

Uma análise do Imazon publicada em dezembro de 2014 sobre o desempenho do projeto apontou resultados promissores: as fazendas que aumentaram a produtividade são agora mais lucrativas. Uma fazenda típica (que produz 5 arrobas por hectare) gera um prejuízo de R\$ 190 por hectare, considerando-se a depreciação (perda de fertilidade do solo e perda de valor de equipamentos e infraestrutura); enquanto uma fazenda que produz 20 arrobas (cerca de 300 quilos) por hectare gera uma receita de R\$ 748 por hectare. "A intensificação aumenta os lucros porque reduz fortemente os custos de produção por unidade de arroba produzida; de R\$ 138 para R\$ 63", completa o pesquisador sênior do Imazon Paulo Barreto, que é coautor do estudo ao lado de Daniel Silva.

Além disso, os indicadores de remuneração, capacitação e outros investimentos em qualidade de vida também aumentaram, resultando em menor rotatividade e maior satisfação dos trabalhadores. Os salários médios dos funcionários das fazendas do projeto foram 15% maiores do que nas outras propriedades. Da mesma forma, o nível de satisfação média com in-

dicadores socioeconômicos atingiu 21 pontos percentuais acima das outras fazendas avaliadas.

"A maior revolução, no meu ponto de vista, foi muito mais no lado social e trabalhista. É impressionante como as pessoas que recebem capacitação ganham melhoria na qualidade de vida", conta Mauro Lúcio Costa, presidente do SPPR. "Você só consegue aplicar tecnologia na pecuária oferecendo conhecimento para as pessoas. A fazenda começa a ter um resultado maior porque o trabalhador conhece mais", explica Mauro, frisando que, após a finalização do projeto, nove fazendas atualmente seguem realizando o mesmo trabalho de intensificação.

Apesar dos benefícios comprovados, a adoção da pecuária mais produtiva é ainda lenta. Existem limitações como a falta de investimento por parte dos produtores atuais e também barreiras para entrada de novos investidores que possuem capital e dominam novas técnicas. A infraestrutura e serviços públicos são escassos. Só o Banco do Brasil no Pará deixa de investir cerca de R\$ 2,5 bilhões por ano no Estado por falta de regularização fundiária e ambiental de imóveis rurais. Ademais, o desmatamento continua por falhas na fiscalização e das políticas fundiárias, que acabam estimulando a pecuária especulativa e a grilagem. Segundo análise do Imazon, o poder público precisa acelerar a regularização fundiária e flexibilizar as regras para facilitar o arrendamento de terras, o que facilita o aumento da produtividade.

A Importância do Monitoramento Independente

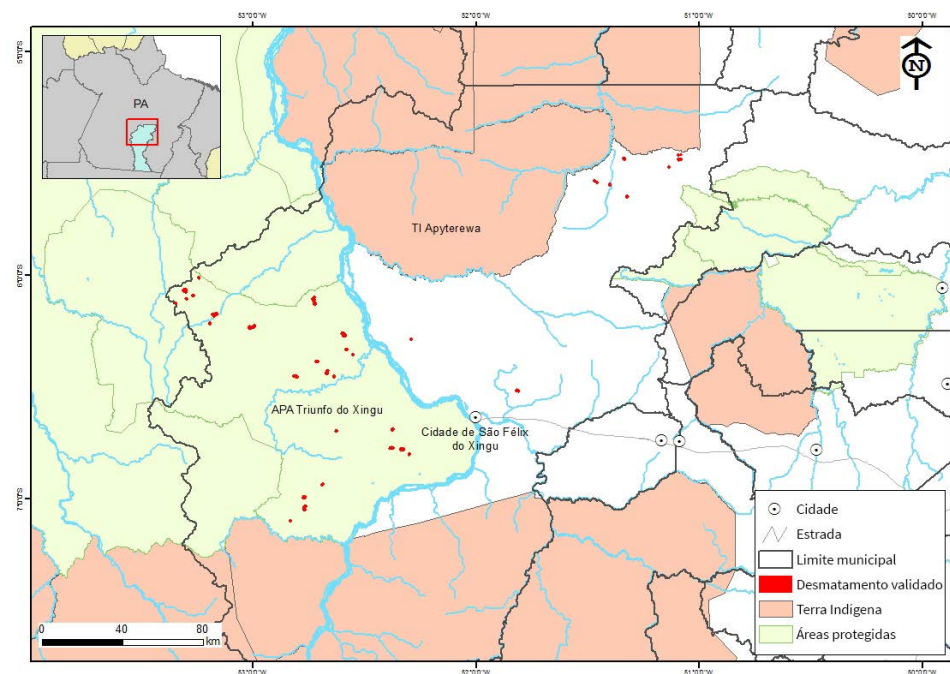
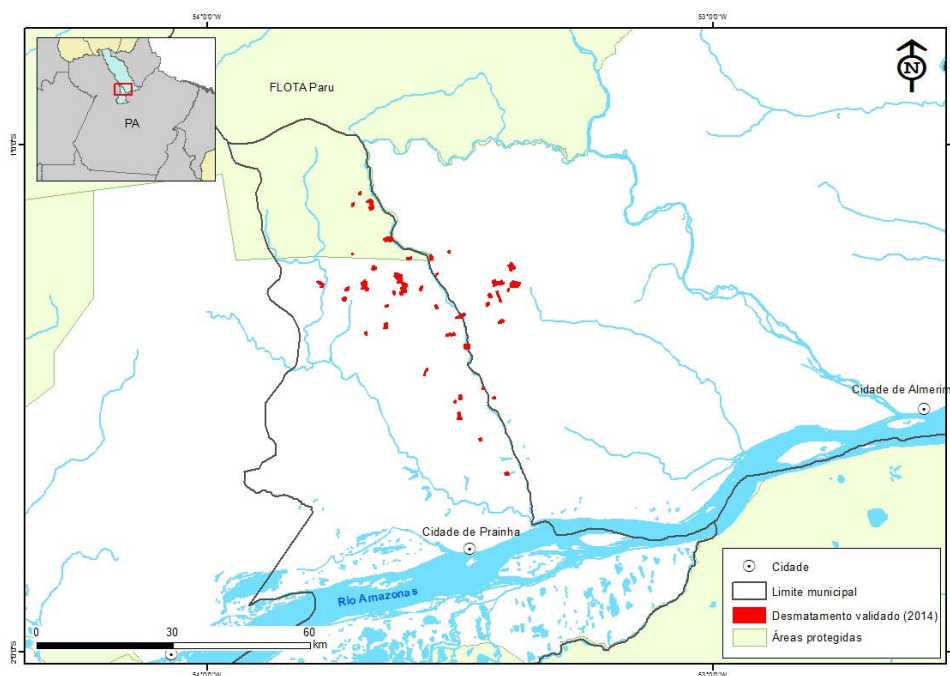
Em atividade desde 2008 para a Amazônia Legal, o SAD mantém ampla disseminação e compromisso com a divulgação de dados em tempo recorde.

A existência do SAD, paralelo aos sistemas de monitoramento do governo federal, tem servido como mecanismo de transparência na apuração dos dados de desmatamento. O SAD tem obtido grande repercussão na mídia com mais de 1200 matérias veiculadas todos os anos.

Desde julho de 2012, graças a uma parceria com a *Google*, o processamento das imagens de satélite utilizadas pelo SAD é realizado no sistema

Earth Engine, possibilitando uma redução média de 50% no tempo para geração dos alertas de desmatamento, em comparação com o sistema de trabalho anterior. Em 2014 foi possível processar e divulgar os dados referentes apenas duas semanas depois do fim do mês.

Atualmente, o SAD utiliza também imagens *Landsat* de alta resolução (as mesmas utilizadas pelo Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélites - Prodes) para realizar validações nos desmatamentos detectados nas imagens do *Moderate-Resolution Imaging Spectroradiometer* (MODIS) utilizadas no sistema. "Isso evita a divulgação do que chamamos 'falsos positivos', ou seja, uma área de desmatamento indicada pelo SAD, mas identificada como equivocada na validação *in loco*", explica o pesquisador Antônio Fonseca.



Validação Potencializa Monitoramento

Num segundo passo do processo de monitoramento do desmatamento no Pará, as secretarias de meio ambiente do Estado e de vários municípios vão a campo e confirmam alertas identificados pelo Imazon.

Tão importante quanto o monitoramento do desmatamento são as ações de campo para verificar e confirmar ou não a ocorrência do desmatamento. A partir de 2011, boletins mensais municipais passaram a ser gerados pelo SAD e repassados ao PMV, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas) e a dezenas de prefeituras associadas ao PMV. Além disso, esse mesmo boletim também é encaminhado para o MPF e MPE. Os municípios onde foram identificados alertas têm até 60 dias para fazer a verificação *in loco* após o recebimento dos dados, confirmando o desmatamento ou um falso alerta.

Para os municípios que têm dado retorno, a taxa de acerto do SAD é muito alta: 86% de confirmação dos alertas entre 2011 e 2014. Operações especiais de fiscalização, realizadas pela Semas-PA em 2014, confirmaram 98% das detecções do SAD.



Lista de Embargos do Combate ao Desmatamento

Com apoio do Imazon, o Governo do Pará cria e mantém lista de propriedades embargadas por conta de desmatamento ilegal detectado e validado no Estado.

Um importante desdobramento das análises espaciais do Imazon e da validação do desmatamento em municípios paraenses teve início em 2014. A chamada Lista do Desmatamento Ilegal (LDI) - lançada em novembro com o embargo de 201 áreas totalizando 101.832 hectares - veda a concessão de licenças, autorizações, serviços ou qualquer outro tipo de benefício ou incentivo público por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual aos empreendimentos e atividades situadas em áreas desmatadas ilegalmente.

O Imazon é uma das instituições que compõem o Comitê Técnico da LDI. O Instituto auxilia nas análises espaciais de dados do PRODES desde

2008. "Nós recebemos os dados selecionados pela Semas de uma determinada área onde foi detectado desmatamento. A partir da análise em conjunto com a secretaria, é gerada a lista de áreas passíveis de embargo", explica o pesquisador Heron Martins, que representa o Imazon no Comitê Técnico ao lado do pesquisador Amintas Brandão Jr. Ele diz também que, quando a área a ser embargada já possui CAR, o proprietário responsável é automaticamente notificado. Além disso, operações de fiscalização extraordinárias da Semas alimentam a LDI e consideram também outras fontes disponíveis e atualizadas de informação, como o SAD.

Para Justiniano Netto, secretário do PMV, a LDI é uma nova ferramenta para combater o desmatamento, sobretudo o de origem especulativa, que se caracteriza pela invasão de terras públicas e desmatamento, pela não adesão ao CAR e falta de licenciamento. "O sentido da lista é endurecer o jogo com os especuladores, os desmatadores, mas o outro lado da moeda é separar o joio do trigo, facilitar a vida do produtor regular", disse.



Defesa para as Unidades de Conservação

Ministério Público Federal lança estratégia nacional para defesa de UCs visando efetivar implantação das 313 unidades federais, que abrangem 9% do território brasileiro.

O Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho, foi marcado em 2014 pelo lançamento de uma ação para que procuradores em todo o país atuem coordenadamente para a implantação efetiva das UCs federais, responsabilidade da União, do MMA e, principalmente, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A iniciativa é do MPF, responsável por fiscalizar a atuação dos órgãos públicos e promover medidas que garantam o respeito ao meio ambiente em UCs federais.

A estratégia tomou como base vários estudos, dois deles com participação do Imazon: "*Setting priorities to avoid deforestation in Amazon protected areas: are we choosing the right indicators?*", publicado pela *Environmental Research Letters*, e "*Downgrading, Downsizing, Degazettement, and Reclassification of Protected Areas in Brazil*", pela *Conservation Biology*.

Para o cumprimento de seu papel, as UCs precisam ser efetivamente implantadas. Ou seja, essas áreas devem ter no mínimo plano de manejo, conselho gestor e território consolidado. Das 313* UCs federais brasileiras, 173 não têm plano de manejo, 60 não têm conselho formado e 297 não concluíram a consolidação territorial, o que enfatiza a necessidade de esforços de implantação.

A carência de efetivação não é a única pressão sobre a proteção das florestas. Um estudo de pesquisadores britânicos e brasileiros, entre eles representantes do Imazon, aponta que pelo menos 20% das áreas de proteção ambiental integral no Brasil, incluindo as Terras Indígenas, estão ameaçadas por interesses de exploração mineral com pedidos de pesquisa protocolados

no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Ministério das Minas e Energia (MME). De 505 unidades de proteção integral analisadas, 236 têm pedido de pesquisa mineral - 47% do total. De 578 Terras Indígenas, 251 (ou 43%) estão na mesma situação.

Publicado pela revista *Science*, o estudo aponta ainda os interesses de mineração em mais de dois mil quilômetros quadrados de reservas de Mata Atlântica, o bioma mais devastado do país, e em 440 quilômetros quadrados em áreas protegidas na Caatinga.

Os cientistas lembram que desmatar a Amazônia significa colocar em risco o ciclo de chuvas em outras regiões do país, como o Sudeste, que agora já sofre com a seca. "As secas intensas na Amazônia só ocorreriam de cem em cem anos. Mas nos últimos cinco anos houve duas bem graves. E a chuva no restante do país depende da umidade que sai da região", explica o pesquisador sênior do Imazon Paulo Barreto, destacando as secas intensas de 2005 e 2010 na região.





Capacitação para a Sustentabilidade

Ao longo de seis anos de atuação, o Centro de Geotecnologia do Imazon (CGI) capacitou mais de 600 profissionais nas áreas de sensoriamento remoto e geoprocessamento.

O Imazon atua em pesquisas sobre geoprocessamento e sensoriamento remoto desde 1993 e é reconhecido como centro de excelência nessas áreas, pela sua contribuição científica, seus sistemas de monitoramento independentes e pela ampla disseminação de informações georreferenciadas via *internet*. Por essa razão, diversas instituições passaram a buscar no Instituto uma fonte de treinamento para técnicos nas áreas de sensoriamento remoto e geoprocessamento. A demanda por treinamentos impulsionou a criação do CGI, inaugurado em julho de 2008 e responsável pelo treinamento de mais de 600 profissionais de diversas instituições e nacionalidades até dezembro de 2014.

Inicialmente, o centro capacitou 46 técnicos da então Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (Sema) por meio de um convênio firmado com o Imazon. O objetivo foi fortalecer a atuação da secretaria após a descentralização da gestão ambiental, iniciada em 2006, utilizando as geotecnologias nas ações de monitoramento e controle das atividades econômicas no Estado.

Os treinamentos no Pará intensificaram-se com o lançamento do PMV, em 2011, e com a necessidade de os municípios desenvolverem o monitoramento do desmatamento e da degradação florestal, ampliarem o CAR e aprimorarem o sistema de licenciamento ambiental para que atingissem as metas estabelecidas pelo PMV. Dos 105 municípios que hoje fazem parte do PMV, 80 foram treinados pelo CGI, atingindo um público de mais de 250 técnicos. Além do Pará, o CGI também capacitou técnicos das secretarias e outras instituições de Estados como Acre, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e Roraima.

Em escala internacional, o CGI treinou técnicos das instituições que fazem parte da Raisg, que solicitou o desenvolvimento de sistemas de monitoramento independentes para subsidiar a governança florestal nos países da Panamazônia. O produto dessa capacitação foi a elaboração dos mapas inéditos de desmatamento para esses países, referentes aos anos 2000, 2005 e 2010. Nesse mesmo âmbito, técnicos do *Observatoire Satellital des Forêts D'Afrique Centrale* do Congo também foram treinados na utilização da metodologia do *Normalized Differencing Fraction Image* (NDFI) para análise do desmatamento e da degradação florestal.

A partir de 2015, o CGI inaugura uma nova estratégia de atuação. O centro substituirá as atividades presenciais por módulos *online* de treinamento em parceria com outras instituições que atuam com capacitação na Amazônia. Um exemplo é a parceria com a Rede de Capacitação da Amazônia (Recam), que pretende dar escala à capacitação em polos específicos de municípios, além de possibilitar uma rede de contatos com os profissionais treinados e instituições parceiras, potencializando a assistência continuada após os treinamentos.

"Os treinamentos tiveram impacto positivo nas atividades desenvolvidas pela secretaria, pois quem não tinha noção nenhuma de geoprocessamento chegou sabendo analisar imagens e, com isso, adiantou muito o serviço de análise de processos de licenciamento."

Edilberto Poggi

*Secretário de Meio Ambiente do
município de Dom Eliseu.*

"Houve avanços na fiscalização, principalmente no monitoramento do desmatamento por meio das ferramentas de georreferenciamento, que ajudam no planejamento antes de a equipe sair à campo. Com isso, a Secretaria de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectema) ganhou efetividade neste processo."

Udinéia Gomes Pereira

Sectema

Amazônia como Prioridade na Agenda Nacional

Plataforma elaborada pelo Imazon em parceria com o Ipam e Amigos da Terra indica que, apesar dos atributos naturais e papel estratégico no cenário nacional, a Amazônia gera poucos benefícios para maioria de seus habitantes.

Apesar de superlativa em recursos naturais, além de riquezas minerais e potencial hidrelétrico, a Amazônia passou ao largo dos debates no primeiro turno das eleições à Presidência da República em 2014. O Imazon, Ipam e Amigos da Terra – Amazônia Brasileira se uniram em uma plataforma para apelar aos dois presidentiáveis que disputaram o segundo turno pelo mais alto cargo político do Poder Executivo Federal. *Amazônia e as Eleições 2014: Oportunidades e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável* fez uma profunda análise da região e propôs recomendações que foram entregues em mãos ao então candidato Aécio Neves e enviadas à chefia de gabinete da reeleita presidente Dilma Rousseff e entregues em mãos para a Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira.

As entidades alertam que a ocupação da região tem sido marcada pelo uso predatório dos recursos naturais e desmatamento, que atingiu, em 2013, cerca de 760 mil quilômetros quadrados em valores acumulados. Somado a isso, o Produto Interno Bruto (PIB) da Amazônia Legal tem se mantido em torno de 6% a 8% do total nacional nas últimas duas décadas, e seu PIB per

capita é cerca de metade da média brasileira. A região está atrás do Brasil no cumprimento das metas do milênio e no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Além disso, alguns de seus municípios estão entre os mais violentos do país.

Para reverter o quadro, é necessário rever a política energética atualmente imposta para a Amazônia: o governo planejou a construção de 30 hidrelétricas na região até 2023. Além de investir em eficiência energética, a plataforma reivindica priorizar fontes com menos impactos socioambientais, incluindo eólica e solar (fotovoltaica) e biomassa. Outra recomendação é a proteção e uso efetivo das UCs da Amazônia, que em 2014 somavam 111 milhões de hectares. "Elas foram um dos pilares da política que reduziu o desmatamento da região e que fez do Brasil o campeão mundial em reduções de emissões de GEE entre 2005 e 2012, com uma queda de 36,7%", explica o pesquisador sênior do Imazon Paulo Barreto. Para proteger e estimular o uso efetivo das UCs, a plataforma recomendou um diagnóstico imediato e regularização das ocupações ilegais nessas áreas, com prioridade para as unidades mais desmatadas e sob maior risco de desmatamento.

As ONGs também recomendaram o investimento em tecnologia para tornar o agronegócio mais rentável e sustentável; aceleração da regularização das posses, mas sem subsídios; e a necessidade de uma política eficaz e com escala de estímulo à proteção de florestas nativas e restauração de áreas degradadas.



Disseminação e Reconhecimentos

Google Geo For Good

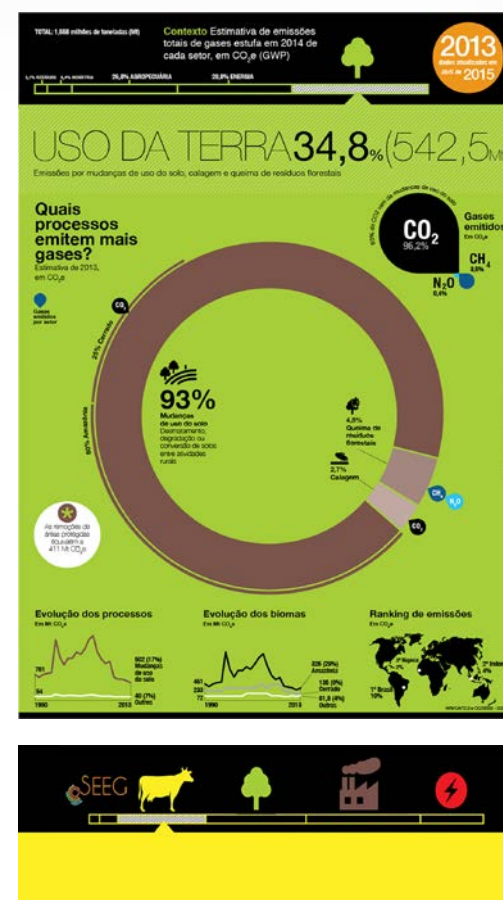


O pesquisador sênior Carlos Souza Jr. palestrou sobre o trabalho de monitoramento do Imazon durante o *Workshop Geo For Good User Summit* 2014, da *Google*, no dia 22 de outubro. Com o tema *Crowdsourcing Forest Monitoring with SAD+ Earth Engine*, a palestra tratou também do uso de informações enviadas por técnicos que estão no campo e adicionadas a mapas de desmatamento *online*. Juntamente com dados de satélites, essa informação contribui para a aplicação de leis ambientais na Amazônia. A palestra está disponível na íntegra no *YouTube*^[2].

^[2] youtu.be/7gtz-AYWmNM

Emissões

O Sistema de Estimativa de Emissões de Gases do Efeito Estufa (Seeg) divulgou em novembro de 2014 os dados de emissões brasileiras de GEE para o ano de 2013. O novo estudo apontou aumento de 7,8% nas emissões, que são provenientes principalmente do desmatamento e da geração de energia, com o maior uso de termelétricas, que necessitam de combustíveis fósseis. O total de emissões por pessoa atingiu 7,8 toneladas de CO₂ contra 7,5 toneladas em 2012. O Seeg é uma iniciativa do Observatório do Clima, uma rede de organizações não governamentais, e o relatório foi elaborado por cientistas do Imazon – responsável pelas análises do setor de mudança de uso do solo –, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), Iclei (rede de líderes mundiais pela sustentabilidade) e Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema).



Mais Influentes



O pesquisador sênior Beto Veríssimo foi escolhido pela Revista Época como um dos 100 brasileiros mais influentes no ano de 2014, na categoria Construtores. A escolha baseou-se no trabalho de desenvolvimento do Índice de Progresso Social da Amazônia (IPS Amazônia 2014), que avaliou indicadores sociais de cada município da região com base em metodologia internacional. Beto também foi reconhecido pelo jornal O Globo como a personalidade que mais se destacou em 2014 na categoria Sociedade - Sustentabilidade, por meio do *Prêmio Faz Diferença*. Ao lado de Beto, outras personalidades foram premiadas como o matemático Artur Ávila, o juiz Sérgio Moro e o campeão mundial de surfe Gabriel Medina. A escolha dos vencedores desse prêmio é feita por jornalistas de O Globo e pelo público em geral por votação via *internet*.

COP20



Imaflora, Imazon, Fundação Grupo O Boticário e Observatório do Clima organizaram o *side-event* "As Emissões de GEE do Brasil e Peru e as Metas de Redução: a Perspectiva do Observatório do Clima" dentro da Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP20) em Lima, Peru. Realizado no dia 6 de dezembro, o evento buscou promover um debate qualificado sobre as vias de emissões de GEE por setor, o impacto das políticas públicas e as novas metas nacionais de redução.

Pecuária Verde



O projeto Pecuária Verde e seus resultados positivos foram destaque no programa Globo Rural da TV Globo em duas matérias exibidas em novembro de 2014. Liderado pelo SPRP, no leste do Pará, em parceria com Imazon, Fundo Vale e *Dow AgroSciences*, a iniciativa trabalhou com a adequação ambiental, aumento da produtividade e capacitação da mão de obra em seis fazendas da região como projeto piloto. As matérias deram ênfase à aplicação de tecnologia para aumento da produtividade e à recuperação de áreas degradadas.

Novo Site

O Imazon lançou no dia 22 de novembro seu novo *website* visando facilitar o acesso dos usuários aos dados do Instituto. Com um visual mais leve, o *site* oferece mais espaço para imagens e facilidade de leitura, com destaque para os grandes temas das pesquisas que agora são apresentados em páginas específicas, além de um sistema de busca reformulado.

A screenshot of the Imazon website homepage. The header features the Imazon logo, a search bar, and a link to 'Sites Parceiros'. Below the header is a navigation menu with links to 'Institucional', 'Programas', 'Publicações', 'Multimídia', 'Mapas', and 'Imprensa'. The main banner image shows a large area of deforestation with smoke rising from the cleared land, with the text 'Desmatamento' and 'Monitoramento de alertas de desmatamento e degradação florestal' overlaid. Below the banner is a horizontal menu with links to 'Desmatamento', 'Mudanças Climáticas', 'Municípios Verdes', 'Áreas Protegidas', 'Crimes Ambientais', and 'Agropecuária'. The 'Publicações Recentes' section displays two featured articles: 'Índice de Progresso Social en la Amazonia Brasileña - IPS Amazonia 2014' and 'Relatório de Atividades 2013'. The 'Notícias em destaques' section features a map of the Amazon region and two news items: 'ONGs querem Amazônia como prioridade no próximo governo' and 'Amazônia brasileira tem índice de Progresso Social inferior à média nacional'. On the right side, there is a 'Newsletter' sign-up form and a 'Twitter' feed showing a tweet from @BomDiaBrasil about deforestation in the Amazon.

Literatura & Sustentabilidade 3

Por mais um ano, grandes nomes ligados à literatura ambiental nacional estiveram em Belém para participar do evento "Literatura & Sustentabilidade", que reúne jornalistas, estudantes, representantes do poder público, ONGs e artistas para um bate-papo dentro da Feira Panamazônica do Livro. André Trigueiro, Matthew Shirts, Míriam Leitão e Tasso Azevedo foram os convidados da terceira edição do L&S, que aconteceu no dia 31 de maio no Hangar – Centro de Convenções e Feiras da Amazônia – para um público de cerca de 400 pessoas. O evento é uma realização do Imazon e já trouxe a Belém nomes como os jornalistas Sônia Bridi e Sérgio Abranches, o economista Sérgio Besserman, o sociólogo Ricardo Abramovay e o fotógrafo Adriano Gambarini. Em 2014, o evento contou com a parceria da Hydro, Grupo MB Capital, Fundação Skoll, Sol Informática e o apoio do Governo do Estado do Pará – Secretaria de Cultura do Pará (Secult).



Principais financiadores

- Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável
- Avina Américas
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- *Climate Works* Monitoramento
- *Fundación Avina*
- *Good Energies Foundation*
- *Gordon and Betty Moore Foundation*
- Instituto Centro de Vida (ICV)
- Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)
- *Mercy Corps* / Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid)
- Fundação Skoll
- *World Resources Institute (WRI)*



Extrato do Balanço Financeiro 2014

ENTRADA DE RECURSOS

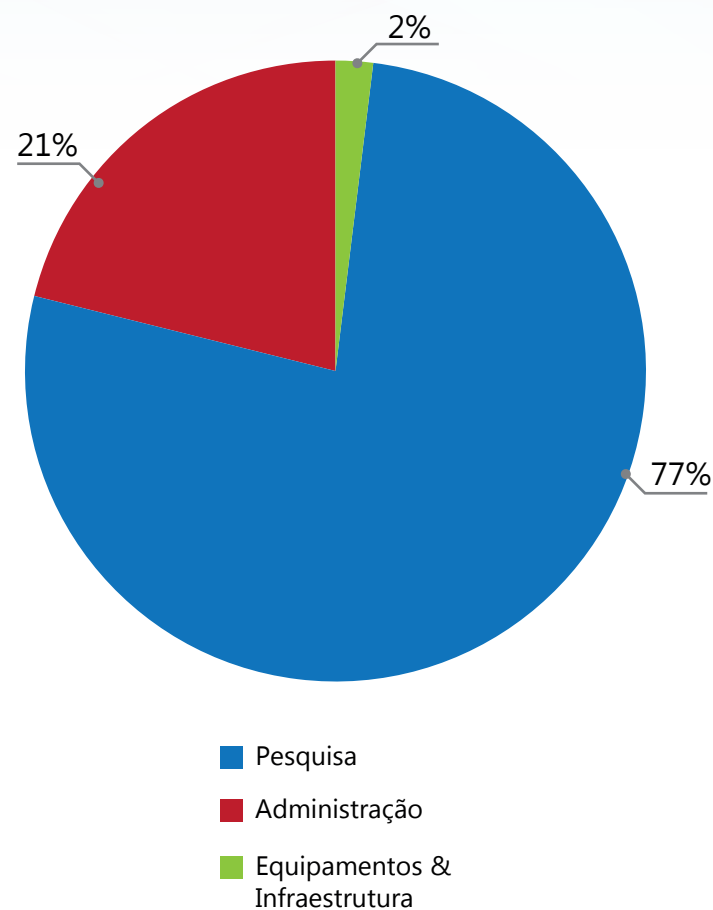
<i>Gordon and Betty Moore Foundation</i>	2.774.726,72	20,32%
<i>Climate Works Monitoramento</i>	2.339.091,18	17,13%
BNDES - Banco Nacional de Desen. Econ. e Social	1.460.147,16	10,69%
<i>Mercy Corps</i>	1.456.522,00	10,67%
<i>Skoll Foundation</i>	1.379.552,24	10,10%
Associação Vale p/ Desenvolvimento Sustentável	1.173.157,15	8,59%
<i>WRI - World Resources Institute</i>	813.616,52	5,96%
<i>Good Energies Foundation</i>	594.128,24	4,35%
Mineração Paragominas s/a	288.743,38	2,11%
Avina Americas	274.677,38	2,01%
Doador anônimo	247.533,79	1,81%
José Roberto Marinho	240.000,00	1,76%
ICV - Instituto Centro de Vida	145.276,06	1,06%
<i>Fundación Avina</i>	114.600,00	0,84%
Prefeitura Municipal Paragominas	80.000,00	0,59%
<i>Fundación Avina</i>	69.819,50	0,51%
<i>Clark University</i>	45.357,25	0,33%
<i>Norsk Hydro Brasil Ltda</i>	40.000,00	0,29%
Martins Agropecuária s/a	37.530,40	0,27%
MB Capital Investimentos e Participações Ltda	30.000,00	0,22%
Sol Informática Ltda	25.000,00	0,18%
IEB - Inst. Internacional de Educação do Brasil	8.756,64	0,06%
Ebata Produtos Florestais	7.500,00	0,05%
Golf Indústria e Comércio de Madeira Ltda	7.500,00	0,05%

13.653.235,61 100,00%

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Pesquisa	12.436.788,99	77%
Administração	3.444.469,57	21%
Equipamentos & Infraestrutura	331.114,67	2%
TOTAL	16.212.373,23	100,00%

Aplicação dos Recursos 2014



INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Extrato dos Balanços Patrimoniais dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014 - Em milhares de reais

Ativo	2014	2013	Passivo e patrimônio social	2014	2013
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	548	382	Fornecedores	118	107
Recursos vinculados a projetos (Nota 5)	2.437	5.431	Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 9)	711	812
Adiantamentos (Nota 6)	328	390	Obrigações tributárias	28	26
Créditos de contratos e termos de cooperação	1	1	Adiantamentos recebidos (Nota 10)	101	165
Despesas antecipadas	24	20	Obrigações com recursos de projetos (Nota 11)	2.054	4.612
	3.338	6.224		3.012	5.722
Não circulante			Patrimônio social (Nota 9)		
Imobilizado (Nota 7)	425	324	Patrimônio social	869	968
Intangível (Nota 8)	219	43	Superávit (déficit) acumulado	101	(99)
	644	367		970	869
Total do ativo	3.982	6.591	Total do passivo e patrimônio social	3.982	6.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço www.imazon.org.br

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - AMAZON
Extrato das Demonstrações do Superávit e Déficit dos Exercícios findos em 31 de dezembro de
2013 e 2014 – Em milhares de reais

	2014	2013
Receitas líquidas (Nota 15)	4.594	3.454
Custos com serviços prestados (Nota 15)	(2.531)	(1.432)
Superávit bruto	2.531	1.432
Despesas administrativas (nota 17)	(2.386)	(1.487)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas	145	(55)
Receitas financeiras (nota 18)	42	48
Despesas financeiras (nota 18)	(86)	(92)
Despesas financeiras líquidas	(44)	(44)
Superávit (déficit) do exercício	101	(99)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço
www.imazon.org.br

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

**Extrato das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014 –
Em milhares de reais**

DESCRIÇÃO	Patrimônio social	Superávit/ (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	994	(26)	968
Incorporação do déficit	(26)	26	
Déficit do exercício		(99)	(99)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	968	(99)	869
Incorporação do déficit	(99)	99	
Superávit do exercício		101	101
Saldos em 31 de dezembro de 2014	869	101	970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço www.imazon.org.br

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Extrato das Demonstrações do Fluxo de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014 - Em milhares de reais

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	101	(99)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	317	101
Transferência imobilizado	(246)	
Transferência intangível	(356)	
Custo residual do ativo imobilizado alienado	261	9
	77	11
Variações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) em recursos vinculados a projetos	2.994	2.501
Redução (aumento) em adiantamentos pagos	62	(22)
Aumento (redução) em créditos de contratos e termos de cooperação		227
Redução (aumento) em despesas antecipadas	(4)	16
Aumento (redução) em fornecedores	11	(12)
Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	(101)	(246)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	2	(15)
Aumento (redução) em adiantamentos recebidos	(64)	68
Aumento (redução) em obrigações com recursos de projetos	(2.558)	(2.480)
	342	37
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	419	48
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compras de imobilizado	(253)	(5)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(253)	(5)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	166	43
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	382	339
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	548	382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço www.imazon.org.br

Parecer dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Srs. Administradores
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON ("Instituto") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2

PricewaterhouseCoopers, SHS Quadra 6, Cj. A, Bloco C, Ed. Business Center Tower, Salas 801 a 811, Brasília, DF, Brasil 70322-915
Caixa Postal 08850, T: (61) 2196-1800, F: (61) 2196-1820, www.pwc.com/br



Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Brasília, 8 de julho de 2015


PricewaterhouseCoopers
Contadores Públicos Ltda.
CRC 2SP023173/O-4 "S" PA


Fabiano Ricardo Tessitore
Contador CRC 1SP216451/O-1 "S" PA

3

Conselhos, Câmaras e Grupos de Trabalho Técnicos

O Imazon integra as seguintes instâncias:

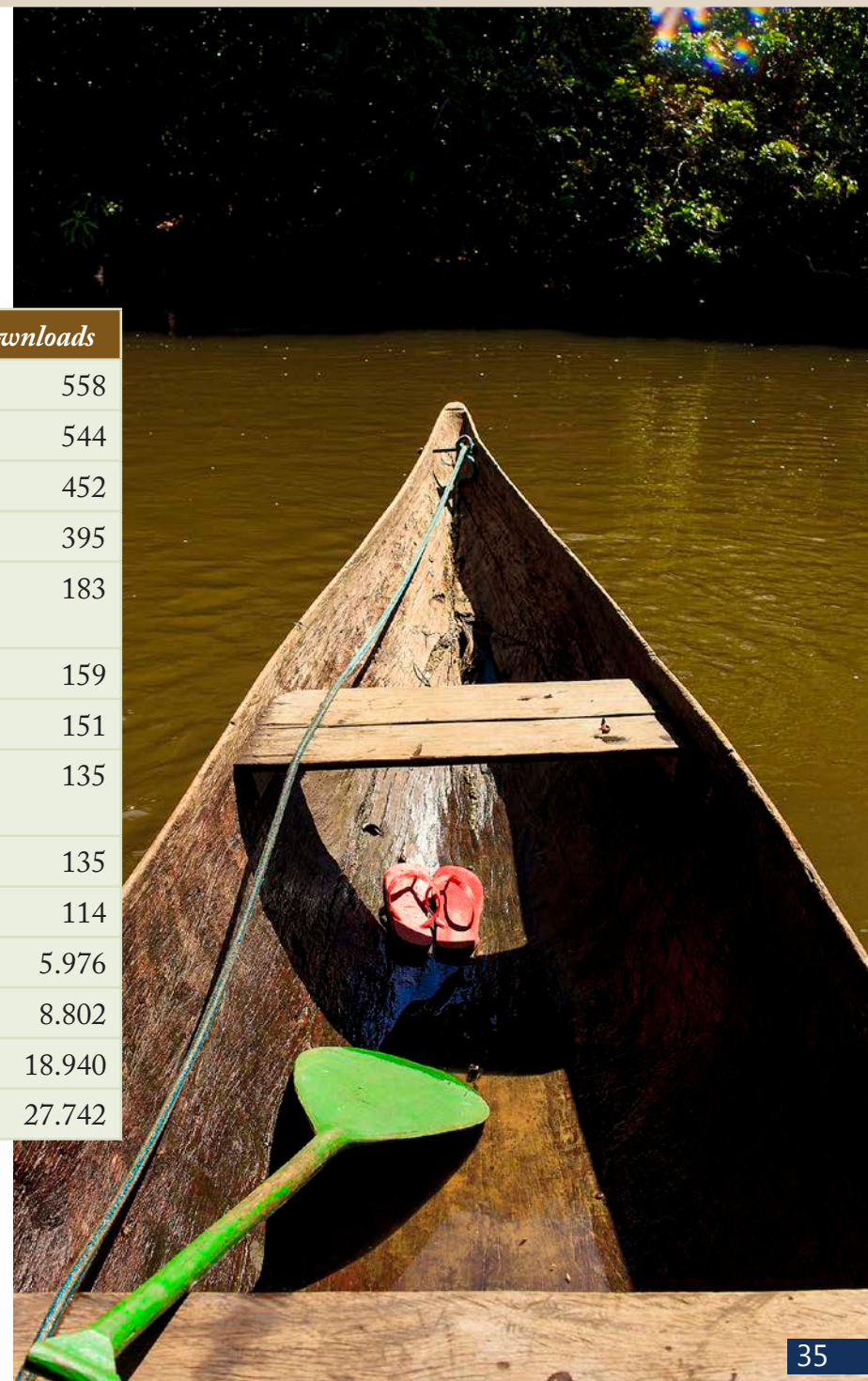
- **Câmara Ambiental do Conselho Diretor do FSC - Iniciativa Brasil**
Representante: Paulo Amaral e Dalton Cardoso.
- **Câmara Técnica Setorial de Floresta do Estado do Pará (CTSF)**
Representante: Paulo Amaral.
- **Comitê Executivo do Movimento Empresarial pela Biodiversidade**
Representantes: Adalberto Veríssimo.
- **Comitê Técnico do Fundo Amazônia**
Representante: Adalberto Veríssimo.
- **Comitê Técnico da LDI**
Representantes: Heron Martins e Amintas Brandão Jr.
- **Conselho Gestor do Programa Municípios Verdes**
Representantes: Andréia Pinto e Amintas Brandão Jr.
- **Conselho Consultivo da Estação Ecológica Grão-Pará-PA**
Representantes: Jakeline Pereira e Eli Vale.
- **Conselho Consultivo da Reserva Biológica Maicuru-PA**
Representantes: Jakeline Pereira e Eli Vale.
- **Conselho Consultivo da Esec do Jari AP/PA**
Representantes: Jakeline Pereira e Renan Moura.
- **Conselho Consultivo da Esec do Jari AP/PA**
Representantes: Jakeline Pereira e Renan Moura.
- **Conselho Consultivo do Parque Estadual do Utinga-PA**
Representantes: Eli Vale e Renan Moura
- **Coordenação Colegiada do Observatório do Clima**
Representante: Brenda Brito.
- **Fórum Paraense de Mudanças Climáticas, como representante titular do Observatório do Clima**
Representante: Brenda Brito.
- **Grupo de Trabalho para Elaboração de Plano para Fiscalização de Áreas Protegidas na Semas**
Representante: Heron Martins.
- **Grupo Executivo Intergovernamental para a Regularização Fundiária da Amazônia Legal-GEI**
Representantes: Paulo Barreto e Brenda Brito.
- **Observatório do Código Florestal**
Representante: Brenda Brito.
- **Grupo de Trabalho do Cadastro Ambiental Rural (CAR) – PMV-PA**
Representante: Heron Martins.
- **Grupo de Trabalho de Apoio às Ações de Combate e Prevenção do Desmatamento Ilegal e ao Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamentos Federais e Estaduais do Pará – PMV-PA**
Representante: Amintas Brandão Jr.
- **Grupo de Trabalho para o Estudo das Implicações do Novo Código Florestal para o Estado do Pará – PMV-PA**
Representante: Heron Martins.
- **Grupo de Trabalho Capacitação para Gestão Ambiental Municipal – PMV-PA**
Representante: Kátia Pereira.
- **Grupo de Trabalho Restauração Florestal – Semas-PA**
Representantes: Andréia Pinto e Sâmia Nunes.
- **Grupo de Trabalho Municipal de Combate ao Desmatamento de Monte Alegre-PA**
Representantes: Jakeline Pereira.

Download e acesso a publicações

A partir de 2014, começamos a inserir no *website* as versões *online* das publicações. Dessa forma, a partir deste relatório, vamos contabilizar tanto *downloads* como também acessos a publicações *online* no *website*.

Publicações mais baixadas em 2014*	Downloads
Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira: IPS Amazônia 2014	558
Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (setembro de 2014) SAD	544
A floresta habitada: História da ocupação humana na Amazônia	452
Boletim do Desmatamento (janeiro de 2014) SAD	395
Amazônia e as Eleições 2014: Oportunidades e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável	183
Boletim do Desmatamento (junho de 2014) SAD	159
Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (agosto de 2014) SAD	151
Gestão ambiental rural: Custos e receitas do controle ambiental em doze municípios do Pará	135
Boletim do Desmatamento (julho de 2014) SAD	135
Desafios para a consolidação das Unidades de Conservação Estaduais do Pará	114
Outras publicações	5.976
Total de <i>downloads</i> *	8.802
Total de acessos a publicações <i>online</i>	18.940
Total geral de acessos (<i>download</i> e acessos)	27.742

* Por uma falha da empresa que administrava o antigo *website* do Imazon não foram contabilizados os *downloads* de publicações entre 1º de janeiro e 19 de maio de 2014.



Lista de Publicações

Livros e Livretos



Desafios para a consolidação das Unidades de Conservação Estaduais do Pará

Vedoveto, M., Ortega, V., Pereira, J. & Veríssimo, A. 2014. Desafios para a consolidação das Unidades de Conservação Estaduais do Pará: financiamento e gestão (p. 80). Belém: Imazon.



A floresta habitada: História da ocupação humana na Amazônia

Veríssimo, T. & Pereira, J. 2014. A floresta habitada: História da ocupação humana na Amazônia (p. 128). Belém: Imazon.



Gestão ambiental rural: custos e receitas do controle ambiental em doze municípios do Pará

Vedoveto, M., Ortega, V. & Veríssimo, A. 2014. Gestão ambiental rural: custos e receitas do controle ambiental em doze municípios do Pará (p. 97). Belém: Imazon.



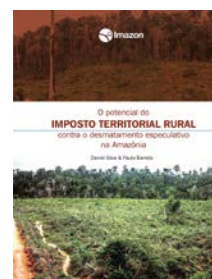
Governança de fundos ambientais e florestais na Amazônia Legal

Brito, B., Santos, P. & Thuault, A. 2014. Governança de fundos ambientais e florestais na Amazônia Legal (p. 58). Belém: Imazon.



Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira: IPS Amazônia 2014

Santos, D., Celentano, D., Garcia, J., Aranibar, A. & Veríssimo, A. 2014. Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira: IPS Amazônia 2014 (p. 102). Belém: Imazon e Social Progress Imperative.



O potencial do Imposto Territorial Rural contra o desmatamento especulativo na Amazônia

Silva, D. & Barreto, P. 2014. O potencial do Imposto Territorial Rural contra o desmatamento especulativo na Amazônia (p. 48). Belém: Imazon.



O aumento da produtividade e lucratividade da pecuária bovina na Amazônia: o caso do Projeto Pecuária Verde em Paragominas

Silva, D. & Barreto, P. 2014. O aumento da produtividade e lucratividade da pecuária bovina na Amazônia: o caso do Projeto Pecuária Verde em Paragominas (p. 28). Belém: Imazon.

Artigos

A quantitative study of the proximity of satellite detected active fires to roads and rivers in the Brazilian tropical moist forest biome

Kumar, S.S., Roy, D.P., Cochrane, M.A., Souza Jr., C.M., Barber, C., Boschetti, L. 2014. A quantitative study of the proximity of satellite detected active fires to roads and rivers in the Brazilian tropical moist forest biome. *International Journal of Wildland Fire*.

Using spectral analysis of Landsat-5 TM images to map coastal wetlands in the Amazon River mouth, Brazil.

Cardoso, G. F., Souza Jr., C. & Souza-Filho, P. W. M. 2014. Using spectral analysis of Landsat-5 TM images to map coastal wetlands in the Amazon River mouth, Brazil. *Wetlands Ecology and Management* 22(1), 79–92.

Downgrading, downsizing, degazettement, and reclassification of protected areas in Brazil

Bernard, E., Penna, L. A. O. & Araújo, E. 2014. Downgrading, downsizing, degazettement, and reclassification of protected areas in Brazil. *Conservation Biology* 28(2), 1523–1739.

Public policies can reduce tropical deforestation: Lessons and challenges from Brazil

Arima, E. Y., Barreto, P., Araújo, E. & Soares-Filho, B. 2014. Public policies can reduce tropical deforestation: Lessons and challenges from Brazil. *Land Use Policy* (41), 465–473.

A 22 year assessment of deforestation and restoration in riparian forests in the eastern Brazilian Amazon

Nunes, S. S., Barlow, J., Gardner, T. A., Siqueira, J. V., Sales, M. R. & Souza Jr., C. 2014. A 22 year assessment of deforestation and restoration in riparian forests in the eastern Brazilian Amazon. *Environmental Conservation*.

Boletins do Desmatamento (SAD)

Boletim do Desmatamento (janeiro de 2014) SAD

Martins, H., Fonseca, A., Souza Jr., C., Sales, M. & Veríssimo, A. 2014. Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal (janeiro de 2014) (p. 11). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento (fevereiro e março de 2014) SAD

Fonseca, A., Martins, H., Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2014. Boletim-Transparência Florestal da Amazônia Legal (fevereiro e março de 2014) (p. 11). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento (abril de 2014) SAD

Fonseca, A., Martins, H., Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2014. Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal (fevereiro e março de 2014) (p. 11). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento (maio de 2014) SAD

Fonseca, A., Martins, H., Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2014. Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal (maio de 2014) (p. 10). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento (junho de 2014) SAD

Fonseca, A., Martins, H., Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2014. Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal (junho de 2014) (p. 9). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento (julho de 2014) SAD

Fonseca, A., Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2014. Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal (julho de 2014) (p. 10). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (agosto de 2014) SAD

Fonseca, A., Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2014. Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (agosto de 2014) SAD (p. 10). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (setembro de 2014) SAD

Fonseca, A., Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2014. Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (setembro de 2014) SAD (p. 10). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (outubro de 2014) SAD

Fonseca, A., Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2014. Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (outubro de 2014) SAD (p. 10). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (novembro de 2014) SAD

Fonseca, A., Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2014. Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (novembro de 2014) SAD (p. 10). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (dezembro de 2014) SAD

Fonseca, A., Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2014. Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (dezembro de 2014) SAD (p. 9). Belém: Imazon.

Capítulos de livros

O risco de desmatamento associado a doze hidrelétricas na Amazônia

Barreto, P., Brandão Jr., A., Baima, S. & Souza Jr., C. 2014. O risco de desmatamento associado a doze hidrelétricas na Amazônia. In W. C. de Sousa Júnior (Ed.), Tapajós: Hidrelétricas, infraestrutura e caos (pp. 147-173). São José dos Campos: ITA/CTA.

Notas e documentos técnicos

Desmatamento em Áreas Protegidas Reduzidas na Amazônia

Martins, H., Araújo, E., Vedoveto, M., Monteiro, D. & Barreto, P. 2014. Desmatamento em Áreas Protegidas Reduzidas na Amazônia (p. 20). Belém: Imazon.

O Aumento no Desmatamento na Amazônia em 2013: um Ponto Fora da Curva ou Fora de Controle?

Ipam, ISA & Imazon. 2014. O Aumento no Desmatamento na Amazônia em 2013: um Ponto Fora da Curva ou Fora de Controle? Belém.

Programa de Educação Ambiental e Comunicação das Unidades de Conservação Estaduais da Calha Norte

Haag, C., Pereira, J. & Barreto, G. 2014. Programa de Educação Ambiental e Comunicação das Unidades de Conservação Estaduais da Calha Norte (p. 31). Belém: Imazon.

Amazônia e as Eleições 2014: Oportunidades e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável

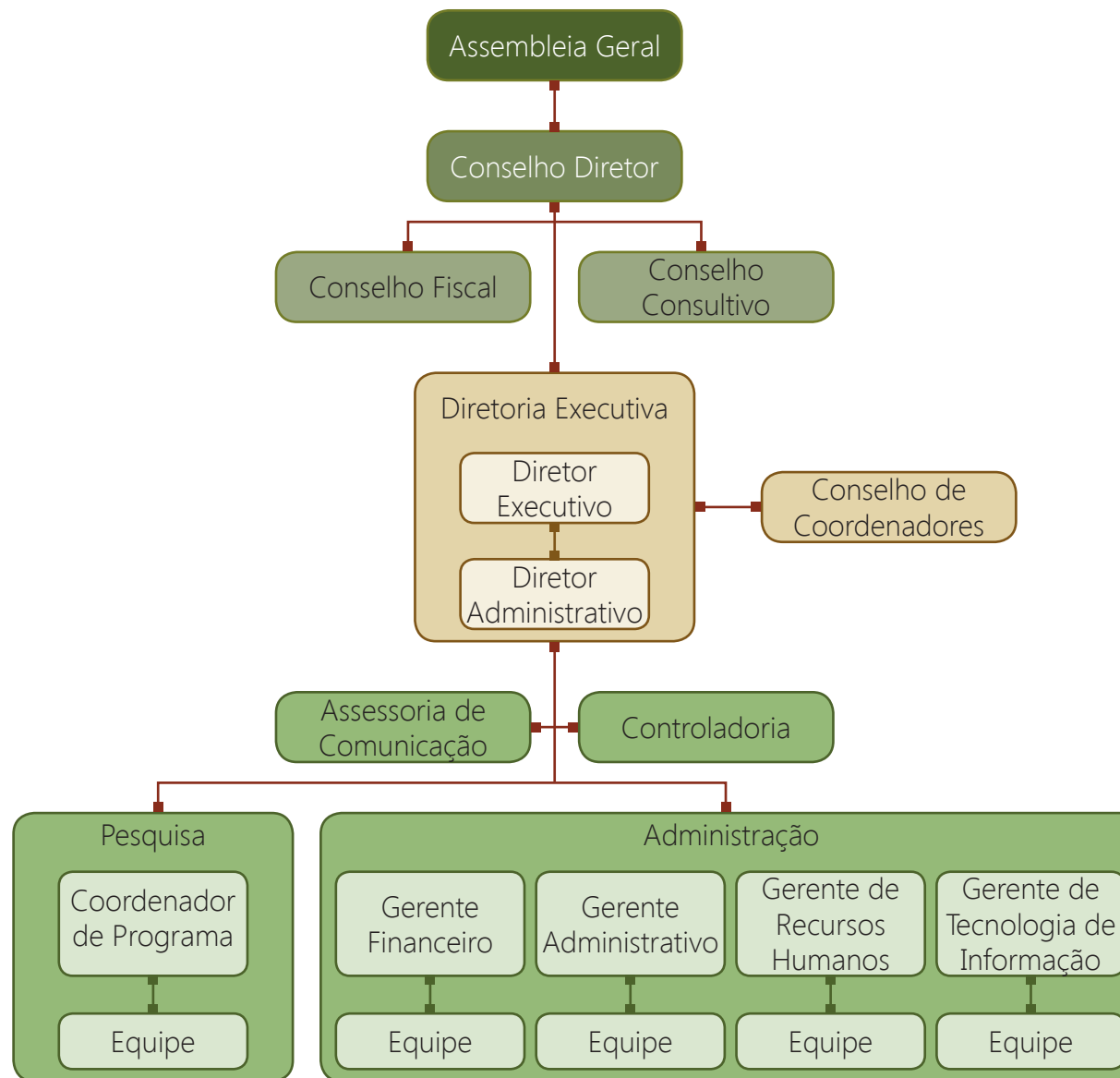
Imazon, Ipam e Amigos da Terra – Amazônia Brasileira. 2014. Amazônia e as Eleições 2014: Oportunidades e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável. (p. 23).

Transparência Manejo Florestal

Boletim Transparência Manejo Florestal de Mato Grosso (2011-2012)

Monteiro, A., Conrado, D., Cardoso, D., Veríssimo, A. & Souza Jr., C. 2014. Boletim Transparência Manejo Florestal do Estado de Mato Grosso (2011 - 2012) (p. 14). Belém: Imazon.

Organograma e equipe^[3]



^[3] Em 31 de dezembro de 2014.

Assembleia Geral

Adalberto Veríssimo

Pesquisador Sênior do Imazon

Christopher Uhl

Professor da Universidade Estadual da Pensilvânia-EUA

Cândido Paraguassu

Advogado e Professor da Universidade da Amazônia (Unama)

Carlos Souza Jr.

Pesquisador Sênior do Imazon

David MacGrath

Woods Hole Research Center-EUA

Paulo Amaral

Pesquisador Sênior do Imazon

Paulo Barreto

Pesquisador Sênior do Imazon

Conselho Diretor

André Guimarães

Presidente do Conselho Diretor do Imazon

Vice-Presidente de Desenvolvimento da Conservação Internacional (CI)/Divisão Américas

Maria José Gontijo

Vice-Presidente do Conselho Diretor do Imazon

Diretora Executiva do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)

Alexandre Mansur

Jornalista e editor da Revista Época

Marcelo Carneiro

Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Pedro Moura Costa

Presidente Executivo da BVRio

Ricardo Abramovay

Professor Titular do Departamento de Economia da FEA (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP))

Robert Schneider

Economista

Sérgio Abranches

Cientista Político do Site Ecopolítica e Comentarista da Rádio CBN

Tasso Azevedo

Engenheiro Florestal, consultor e empreendedor social em sustentabilidade, floresta e clima

Conselho Fiscal

Carlos Antonio Rocha Vicente

Engenheiro Florestal

Edson Vidal

Professor da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq) da USP

Ubiratan Cazetta

Procurador da República no Pará

Conselho Consultivo

Adriana Ramos

Instituto Socioambiental (ISA)

Jorge Yared

Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor)

Luis Gonzaga Costa

Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra)

Manoel Pereira

Cikel Brasil Verde S/A

Peter May

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Rita Mesquita

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)

Robert Walker

Universidade Estadual de Michigan-EUA

Diretoria Executiva

Andréia Pinto

Diretora Executiva

Veronica Oki

Diretora Administrativa

Equipe

Pesquisadores

Pesquisadores Seniores

Adalberto Veríssimo

Carlos Souza Jr.

Paulo Amaral

Paulo Barreto

Pesquisador Adjunto

Amintas Brandão Jr.

Pesquisadores Assistentes II

Andréia Pinto

Antônio Fonseca

Elis Araújo

Heron Martins

Jakeline Pereira

Pesquisadores Assistentes I

Dalton Cardoso

Dário Rodrigues

João Victor Siqueira

Luís Augusto Oliveira

Marcelo Justino

Analistas

Analistas III

Kátia Pereira

Rodney Salomão

Sâmia Nunes

Analistas II

Jarine Rodrigues

Júlia Ribeiro

Victor Lins

Analistas I

Alan Brazil
Izabella Gomes
Rafael Guerra
Sara Baima

Técnicos

Carlos Alexandre Ribeiro
Eli Franco

Administração**Gerentes**

Bruno Oliveira (Comunicação)
Daniel Souza (Tecnologia da Informação)
Elson Vidal (Administrativo)
Fabiany Lucidos (Financeiro)
Isabelle Correa (Contabilidade)
Verônica Oki (Controladoria)
Wanessa Ferreira (Recursos Humanos)

Assistentes

Flávia Valle (Financeiro)
Paula Ramos (Secretária bilíngue)
Thays Borges (Controladoria)

Auxiliares

Cristina Andrade (Serviços Gerais)
Larissa Leite (Financeiro)

Rita Oliveira (Contabilidade)
Rosa Pinheiro (Serviços Gerais)

Trainees

Iara Vicente
Renan Mota
Taciane do Socorro

Estagiários

Amanda Santos
Dyeden dos Santos
Jhonnathan Lima
Leandro Botelho
Leandro Santana
Rayssa Braga
Rita Graba
Sérgio Barbosa
Thais Santos

Pesquisadores Associados

Brenda Brito
Danielle Celentano
Erin Sills
Eugênio Arima
Mark Cochrane

Siglas

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CI	Conservação Internacional
Cites	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora
CMN	Conselho Monetário Nacional
COP-15	Conferência do Clima em Copenhague
CTSF	Câmara Técnica Setorial de Floresta do Estado do Pará
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Esalq	Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEA	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FSC	Conselho de Manejo Florestal
GEE	Gases de Efeito Estufa
GFW	Global Forest Watch
CGI	Centro de Geotecnologia do Imazon
Iclei	Rede de Líderes Mundiais pela Sustentabilidade
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICV	Instituto Centro de Vida
Ideflor	Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
Iema	Instituto de Energia e Meio Ambiente
Imaflora	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inpa	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial
Ipam	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPS	Índice de Progresso Social
ISA	Instituto Socioambiental
ITR	Imposto Territorial Rural
LDI	Lista do Desmatamento Ilegal

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério das Minas e Energia
MODIS	<i>Moderate-Resolution Imaging Spectroradiometer</i>
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
NDFI	<i>Normalized Differencing Fraction Image</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
Oscip	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB	Produto Interno Bruto
PMV	Projeto Municípios Verdes
Prodes	Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélites
Raisg	Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georeferenciada
Recam	Rede de Capacitação da Amazônia
SAD	Sistema de Alerta de Desmatamento
Secult	Secretaria de Cultura do Pará
Seeg	Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Brasil
Sectema	Secretaria de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente
Sema	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará
Semas	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará
SIG	Sistemas de Informações Geográficas
Simex	Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira
SPRP	Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UCs	Unidades de Conservação
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
Ufra	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Usaid	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo
WRI	<i>World Resources Institute</i>



Edifício Zion Business
Rua Dom Romualdo de Seixas, 1698 - 11º Andar
CEP: 66.055-100 - Umarizal - Belém - Pará.
(+55) 91 3182-4000
E-mail: imazon@imazon.org.br
Página: www.imazon.org.br